

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. (“Heringer” ou “Companhia”), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia opera com 11 unidades de misturas (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatama e Três Corações/MG, Candeias/BA, Ourinhos, Paulínia1 e Paulínia2/SP, Catalão e Rio Verde/GO, Dourados/MS e Rosário do Catete/SE), adicionalmente permanece com 3 unidades hibernadas (Porto Alegre e Rio Grande/RS e Paranaguá/PR).

Ressalta-se que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples (“SSP”).

Em 28 de março de 2022, a Companhia recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. (“Controladora Direta”), juntamente de seus sócios, informando sobre o fechamento da operação (“Fechamento”) contemplada no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), firmado entre, de um lado, Dalton Dias Heringer, Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende (“Vendedores”) e, de outro lado, Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Compradora”), tendo como partes intervenientes-anuentes a Companhia, a Fertilizantes Tocantins S.A. (FTO) e a Controladora Direta, sociedade (i) cujas quotas são detidas inteiramente pelos Vendedores e (ii) que é titular de 27.728.139 ações ordinárias nominativas equivalentes a 51,48% do capital social total e votante da Companhia (“Ações Heringer”).

Em razão do Fechamento do Contrato de Compra e Venda, os Vendedores alienaram à Compradora a totalidade das quotas do capital social da Controladora Direta pelo valor total de R\$ 554.563 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e setecentos e oitenta reais) (“Preço de Aquisição” “Operação”, respectivamente). O Preço de Aquisição está sujeito a certos mecanismos de ajuste que são comuns em operações dessa natureza e, para os fins do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, o Preço de Aquisição foi – ressalvados os impactos potenciais dos mecanismos de ajuste de preço mencionados acima – considerado como 100% atribuível às Ações Heringer e, portanto, equivalente a um preço por ação da Companhia na Operação de R\$ 20,00.

O Preço de Aquisição será pago da seguinte forma: (i) 50% do Preço de Aquisição foi pago à vista, em moeda corrente nacional, nesta data; (ii) 15% do Preço de Aquisição foi retido pela Compradora para fins de garantia dos ajustes de preço; e (iii) 35% do Preço de Aquisição foi retido pela Compradora para fins de garantia de indenizações a serem pagas pelos Vendedores à Compradora.

Em decorrência do Fechamento, em 31 de março de 2022 realizou-se a substituição dos atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Considerando que o Fechamento da Operação acarreta a alienação do controle indireto da Companhia, a Compradora realizará, no prazo e na forma da legislação aplicável em vigor, oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia, conforme previsto no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas aos Vendedores no âmbito do Contrato de Compra e Venda (“Oferta Pública de Tag Along”). A Compradora, que até esta data não detinha (direta ou indiretamente) ações da Companhia, não celebrou qualquer tipo de acordo de voto ou outro acordo para aquisição de ações envolvendo a Companhia, considerará, até a data limite para apresentação do pedido de registro da Oferta Pública de Tag Along, se combinará a Oferta Pública de Tag Along com uma oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia para cancelamento do registro de companhia aberta na Comissão de Valores Imobiliários, com a consequente saída da Companhia do segmento Novo Mercado da B3, e se compromete a manter a Companhia informada nesse sentido, em observância da legislação aplicável.

Em complementação e reforço ao já descrito em detalhes no aviso de fato relevante de 20 de dezembro de 2021, vale lembrar que a Compradora faz parte do Grupo EuroChem Group AG (“EuroChem”) um dos líderes globais em produção de fertilizantes e uma das três empresas do mundo com capacidade de fabricação dos três grupos de nutrientes primários: nitrogênio, fosfatos e potássio. O fechamento da Operação fortalece ainda mais a capacidade de produção e distribuição do Grupo no Brasil, um dos mercados mais importantes de nutrientes para cultivo do mundo. Com um total de 14 unidades de armazenamento, mistura e distribuição nas regiões sudeste, centro-oeste, sul e nordeste, a Companhia contribui de maneira significativa para a agricultura brasileira, sendo a quarta maior distribuidora do país em termos de capacidade instalada, com mais de 4 milhões de toneladas por ano.

Conforme fato relevante apresentado ao mercado no dia 11 de agosto de 2022 (e complementado nos dias posteriores), a Companhia, através de um comitê de investigação instalado no mesmo dia, iniciou investigação independente juntamente com assessores externos de primeira linha, com o intuito de apurar possíveis fraudes envolvendo suposto superfaturamento na contratação de determinados serviços e compra de ativos pela Companhia.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2022.

1.1 Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial (“RJ”). Em 28 de novembro de 2019, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a segunda versão do plano de recuperação judicial, que foi aprovado em Assembléia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019, e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

A Companhia vem rigorosamente cumprindo a todos os pressupostos do Plano de Recuperação Judicial, considerando os pagamentos para classe I – Trabalhista, a qual está praticamente liquidada, assim como, pagamentos de até R\$ 1,5 mil para credores das classes II – Garantia Real e III – Quirografarios. Vale ressaltar que para classe IV - Quirografarios EPP / ME foram liquidadas cinco parcelas até 30 de setembro de 2022, considerando a opção de cada credor informada no Plano de Recuperação Judicial.

Em 22 de março de 2022, o Douto Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Paulínia proferiu sentença encerrando a Recuperação Judicial em razão do (i) decurso do prazo de 2 (dois) anos contados da concessão de sua Recuperação Judicial; e (ii) cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do plano aprovado. Em face da sentença que encerrou a Recuperação Judicial quatro credores interpuseram recurso de apelação, os quais estão pendentes de julgamento pelo TJSP, portanto não houve o trânsito em julgado da sentença. O pedido de saída da recuperação judicial está em linha com plano estratégico da Companhia e ratifica a retomada gradual das operações.

1.2 Continuidade operacional

As informações financeiras intermediárias, do período findo em 30 de setembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A administração da Companhia entende que as linhas de crédito que a mesma possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso, são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por uma empresa global e produtora de fertilizantes, conforme nota 1 e, tal fato, reforça a continuidade operacional.

Com o advento da Recuperação judicial homologada em 14 de fevereiro de 2020 e reflexos de reestruturação da sua dívida, a Companhia obteve então uma nova estrutura de capital onde parte significativa de suas dívidas passou a ser de longo prazo, classificada no passivo não circulante, como resultado no período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 842.496 (R\$ 853.173 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresenta prejuízo acumulado de R\$ 180.858 (R\$ 104.227 em 31 de dezembro de 2021), tendo apresentado ainda patrimônio líquido no montante de R\$ 442.020 (R\$ 519.091 em 31 de dezembro de 2021).

Os resultados apresentados decorrentes da reestruturação da Companhia após o pedido de Recuperação judicial vem surtindo efeitos positivos que reforça a confiança da Administração da Companhia nas projeções de fluxos de caixa utilizadas na preparação do Plano de recuperação judicial e atualizadas conforme plano estratégico da Companhia, que preveem resultados futuros positivos e pagamentos da dívida inscrita na recuperação judicial no longo prazo, permanecem válidas e são suficientes para suportar a continuidade operacional da Companhia.

1.3 Conflito Rússia – Ucrânia

Como é de conhecimento público, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia, gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor de cloreto de potássio que é uma matéria-prima de grande importância no processo produtivo da Companhia.

A administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos à suas operações. Dentre as ações e acompanhamento a Administração da Companhia destaca:

- (i) A percepção de falta de suprimento de potássio para o Brasil é notada por todos os *players*, fornecedores e agricultores, devido às sanções impostas à Rússia, que é um dos principais fornecedores de potássio para o Brasil. Juntos, Rússia e Belarus respondem por aproximadamente 40% do potássio demandado pelo Brasil. O cloreto de potássio é de grande importância no processo produtivo da Companhia e está sempre no foco das atenções, e até o presente momento, a Companhia tem seu suprimento adequado em linha com a demanda prevista em seu orçamento para os nove meses, que é normal no curso regular dos negócios.
- (ii) A Companhia continua mantendo contato com os demais produtores de potássio, discutindo possibilidades para equacionar o suprimento de potássio caso as dificuldades de obtenção de produto russo venham a se confirmar. Entretanto as empresas russas não sofreram sanções que impossibilitem a remessa de produto para o Brasil, muito embora, após o início do conflito o que se pode notar é certo aumento nos valores de fretes para afretamento de navios oriundos do mar báltico, dado a restrição de alguns armadores em transportar produtos de origem Russa.
- (iii) Na análise da Companhia não existem riscos relevantes para os demais nutrientes, já que os fornecedores estão distribuídos em diferentes regiões ao redor do mundo.
- (iv) Os preços dos fertilizantes se encontram em patamares elevados, por outro lado, os valores das *commodities* agrícolas também se encontram em níveis elevados, fazendo com que as relações de troca entre produto agrícola *versus* fertilizantes ainda tragam uma boa rentabilidade para os agricultores.

Neste momento qualquer previsão em relação ao conflito e suas consequências é muito incerta. A Heringer está trabalhando no sentido de mitigar os riscos de abastecimento, buscando a todo instante alternativas possíveis para atender a sua demanda e como estratégia para evitar riscos maiores, está trabalhando no sentido de alongar um pouco mais sua cobertura de estoque.

A Administração continuará monitorando a evolução e desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos a Rússia, Belarus ou Ucrânia, portanto nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras.

2 Base de preparação

As informações trimestrais – ITR foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais - ITR são consistentes com aquelas divulgadas na Nota nº 2.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2022.

2.1.1 Novas normas que entraram em vigor em 2022

No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, não foram emitidas outras novas normas, alterações e interpretações de normas, além daquelas divulgadas na Nota 2.6 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e daquela demonstrada acima, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias do referido período.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

			30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e recursos em conta corrente		Taxa média	29.103	3.524
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	100,0% do CDI	-	27.123
			<u>29.103</u>	<u>30.647</u>

- (i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Para as contas a receber de clientes que a Companhia procede com descontos de duplicatas, os mesmos, são apresentados a valor justo, uma vez que os montantes recebidos são líquidos dos custos financeiros de cada operação.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber no país (i)	545.818	360.977
Contas a receber no exterior	1.243	1.025
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada	(3.581)	(6.008)
Ajuste a valor presente	<u>(2.669)</u>	<u>(1.050)</u>
	<u>540.811</u>	<u>354.944</u>
 Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	 <u>(32.693)</u>	 <u>(38.181)</u>
 Circulante	 507.400	 316.763
Não circulante	<u>718</u>	<u>-</u>
	<u><u>508.118</u></u>	<u><u>316.763</u></u>

- (i) O montante de R\$ 153.114 (R\$ 203 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 9(a)).

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,0% (1,0% em 31 de dezembro 2021) ao mês, por meio do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica “Despesas financeiras, liquidas”.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi calculado o valor justo sobre a subcarteira negociada das contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos negociados.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos valores contábeis em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Em 30 de setembro de 2022, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 36.669 (R\$ 43.143 em 31 de dezembro de 2021) encontram-se vencidas e não provisionados, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A Companhia vem buscando executar suas garantias reais, entretanto, esse processo é bastante moroso visto que depende do andamento dos processos no âmbito judicial.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Até 90 dias	3.609	3.607
De 90 a 180 dias	40	2.302
Acima de 180 dias	<u>33.020</u>	<u>37.234</u>
	<u><u>36.669</u></u>	<u><u>43.143</u></u>

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa (“*impairment*”) no montante de R\$ 32.693 (R\$ 38.181 em 31 de dezembro de 2021), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Até 90 dias	2.317	1.791
De 90 a 180 dias	3	21
Acima de 180 dias	<u>30.373</u>	<u>36.369</u>
	<u><u>32.693</u></u>	<u><u>38.181</u></u>

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, as movimentações da provisão para perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	38.181	40.050
Perdas estimadas no período	2.987	2.424
Reversão de perdas estimadas	<u>(8.475)</u>	<u>(4.293)</u>
Saldo final	<u><u>32.693</u></u>	<u><u>38.181</u></u>

Em 30 de setembro de 2022, o adiantamento de clientes no montante de R\$ 215.134 (R\$ 57.825 em 31 de dezembro de 2021) decorre de antecipações efetuadas por clientes.

5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Matérias-primas e embalagens	1.347.265	1.040.857
Importações em andamento	56.687	295.202
Adiantamentos a fornecedores	73.920	163.342
Almoxarifado	13.685	13.127
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(5.484)	(941)
Provisão de obsolescência	<u>(6.050)</u>	<u>(2.400)</u>
	<u>1.480.022</u>	<u>1.509.187</u>

- (i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em “Custos dos produtos vendidos” totalizaram R\$ 3.795.976 (R\$ 1.006.019 em 30 de setembro de 2021) conforme Nota 19.

6 Tributos a recuperar

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i) / (iii)	177.673	171.965
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	59.112	56.389
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS exclusão base PIS e COFINS	12.216	11.732
Programa de Integração Social - PIS (i) / (iii)	41.790	38.767
IRRF sobre instrumentos financeiros derivativos	247	49
INSS a Recuperar	-	8.963
Provisão para perda de créditos tributários – ICMS (ii)	(2.586)	(3.661)
Provisão para perda de créditos tributários - PIS/COFINS (i)	<u>-</u>	<u>(875)</u>
	<u>288.452</u>	<u>283.329</u>
Circulante	122.615	80.170
Não circulante	<u>165.837</u>	<u>203.159</u>
	<u>288.452</u>	<u>283.329</u>

- (i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar R\$ 231.679 (R\$ 222.464 em dezembro de 2021) decorre da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia é tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”).

Em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$ 20.262 (R\$ 10.183 em dezembro 2021) encontrava-se sob verificação por parte da RFB, aguardando análise do agente fiscal, o montante de R\$ 199.201 (R\$ 199.198 em 31 de dezembro de 2021) encontrava-se em discussão com a própria RFB e/ ou no âmbito do Conselho de Administração de Recursos Fiscais ("CARF"). Adicionalmente o montante de R\$ 12.216 (R\$ 11.731 dezembro 2021) refere-se ao reconhecimento do indébito tributário decorrente do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme item (iii) abaixo.

A mencionada discussão é travada no âmbito da RFB e do CARF e se refere a glosas de créditos fiscais apresentadas pela RFB no decorrer da análise dos pedidos de ressarcimento e/ ou compensação dos aludidos valores. Essas glosas decorrem, sobremaneira, da apropriação de créditos sobre gastos relacionados com a contratação de:

- (1) Serviços portuários, necessários ao desembarço e nacionalização dos insumos importados;
- (2) Serviço de transporte na aquisição, transferência de produtos sujeitos à alíquota zero; e
- (3) Serviço de transporte municipal.

Em relação aos temas listados, a Companhia possui *legal opinion* de assessor jurídico externo abordando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao regime não cumulativo das aludidas contribuições, onde se conclui que os valores em discussão possuem probabilidade de perda remota, frente ao posicionamento dos tribunais superiores favoráveis à Companhia.

A administração da Companhia com o apoio de seus consultores jurídicos, revisou o estágio de análise pelos agentes fiscais para cada um dos pedidos de ressarcimentos e/ ou compensação em aberto, considerando a natureza das glosas dos referidos créditos fiscais, como resultado procedeu com a constituição de provisão no montante de R\$ 12.216 (R\$ 875 em 31 de dezembro de 2021). Para o montante remanescente, considerando a probabilidade de perda dos referidos créditos e aos posicionamentos dos tribunais superiores a Companhia entende que nenhuma provisão adicional se faz necessária.

No dia 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos embargos de declaração no processo em que foi firmada a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A Suprema Corte decidiu e reafirmou, que o ICMS a ser excluído deverá ser o destacado na nota fiscal e não o efetivamente pago. Realizamos o pedido de habilitação do crédito e o mesmo foi deferido no mês 02/2022. Como resultado o montante de R\$ 12.038 (R\$ 11.731 em 31 de dezembro de 2021) foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 03 de fevereiro de 2022, a Receita Federal do Brasil, procedeu com depósito em conta bancária da Companhia, o montante de R\$ 25.546, correspondente a parte dos créditos tributários federais de IRPJ e CSLL, relativo ao exercício 2017 que haviam sido glosados pela Receita Federal do Brasil e que após apresentação da manifestação de inconformidade, vieram agora ser deferidos, de forma expressa e definitiva, o direito à restituição.

Em 10 de maio de 2022, a Receita Federal do Brasil, procedeu com depósito em conta bancária da Companhia, o montante de R\$ 16.525, correspondente a parte dos créditos tributários federais de IRPJ e CSLL, relativo ao exercício 2018 e 2019 que haviam sido glosados pela Receita Federal do Brasil e que após apresentação da manifestação de inconformidade, vieram agora ser deferidos, de forma expressa e definitiva, o direito à restituição.

- (ii) Serão utilizados na aquisição de insumos para produção ou venda para terceiros, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 30 de setembro de 2022, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 37.004 (R\$ 38.737 em 31 de dezembro de 2021), e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto a autoridades estadual de São Paulo no montante de R\$ 2.311 (R\$ 2.311 em 31 de dezembro de 2021). Em decorrência da expectativa da administração em proceder com a venda dos créditos de ICMS a terceiros, uma provisão no montante R\$ 3.586 foi registrada sobre os créditos aprovados e em processo de aprovação.

- (iii) A Companhia vinha discutindo judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A administração entende que a partir do trânsito em julgado de sua ação, ocorrido 30 de setembro de 2019, obteve o direito legal garantido ao crédito, não se tratando de ativo contingente. No que se refere à mensuração do crédito, a decisão proferida pelos tribunais quanto ao processo da Companhia é omissa quanto à metodologia de mensuração, portanto, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia adotou a metodologia pelo valor destacado em nota fiscal.

Em 8 de dezembro de 2021, a Companhia procedeu com o pedido de habilitação do referido o qual foi aprovado pela Receita Federal do Brasil no dia 7 de fevereiro de 2022. A Companhia espera utilizar esses créditos para quitação de outros tributos federais via compensação. A utilização está estimada para ser concluída durante o exercício de 2022.

7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda a recuperar (i)	91.465	107.504
Contribuição social a recuperar (i)	<u>17.459</u>	<u>20.904</u>
	<u>108.924</u>	<u>128.408</u>
Circulante	100.403	53.327
Não circulante	<u>8.521</u>	<u>75.081</u>
	<u>108.924</u>	<u>128.408</u>

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de Perdcomps – Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela taxa Selic até setembro de 2022 de R\$ 100.402, protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e setembro de 2022, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

- (i) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indêbitos tributários.

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos.

Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia procedeu com o registro dos valores pertinentes aos indêbitos tributários referente aos exercícios de 2016 a 2021, devidamente atualizado monetariamente no montante de R\$ 8.521. Tal montante está classificado no ativo não circulante.

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	300.265	271.422
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	7.312	3.309
Provisão para comissões sobre vendas	2.413	2.294
Provisão para contingências	20.089	16.911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.568)	1.628
Ajuste a valor presente	8.623	8.329
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	3.172	1.160
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão para créditos tributários	879	1.542
Provisão para baixa de créditos	3.532	3.909
Provisão rateio de importação	2.632	2.632
Ajuste da receita bruta (iv)	81.546	-
Outras diferenças temporárias	<u>615</u>	<u>1.433</u>
	<u>428.761</u>	<u>314.820</u>
Passivo:		
Ajuste a valor presente	(564)	(1.564)
Ajuste a valor justo (i)	(375.286)	(384.162)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	(3.587)	(7.175)
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(23.223)	(23.527)
Ajuste do custo do produto vendido (iv)	(81.820)	-
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(8.189)	-
Outras	<u>(4.698)</u>	<u>(4.820)</u>
	<u>(497.367)</u>	<u>(421.248)</u>
Líquido	<u><u>(68.606)</u></u>	<u><u>(106.428)</u></u>

- (i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 13.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.
- (iii) Para o exercício 2022, a companhia adotou o regime de apuração para variações cambiais via caixa, uma vez que, o passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolso no exercício corrente, conforme Plano de Recuperação Judicial da companhia.
- (iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o ajuste no CPV (ajuste do custo do produto vendido), em decorrência das operações não concluídas de Permutas de matérias – primas ocorridas no período.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(105.319)	315.857
Alíquota nominal dos tributos	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>35.808</u>	<u>(107.391)</u>
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais e subvenções	1.531	2.153
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>(9.093)</u>	<u>27.970</u>
	<u><u>28.246</u></u>	<u><u>(77.268)</u></u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	(9.576)	(84.626)
Diferido	<u>37.822</u>	<u>7.358</u>
	<u><u>28.246</u></u>	<u><u>(77.268)</u></u>
Alíquota efetiva dos tributos	(27%)	24%

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>169.462</u>	<u>(427.527)</u>	<u>(258.065)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	356	356
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	1.486	8.032	9.518
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	<u>(2.516)</u>	<u>-</u>	<u>(2.516)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>168.432</u>	<u>(419.139)</u>	<u>(250.707)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>314.820</u>	<u>(421.248)</u>	<u>(106.428)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	304	304
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	85.098	(76.423)	8.675
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	<u>28.843</u>	<u>-</u>	<u>28.843</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>428.761</u>	<u>(497.367)</u>	<u>(68.606)</u>

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 1.584.622 (R\$ 1.499.790 em 31 de dezembro de 2021) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais nenhum tributo diferido ativo foi constituído.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia procedeu com o registro do imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais até o limite da lucratividade projetada para os próximos anos a qual leva em consideração também o limite legal de compensação das diferenças temporárias tributáveis (limite legal de 30% de compensação).

8 Outros ativos

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bonificações de compras	22.431	22.431
Rateios de importações a receber	5.725	1.062
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros (ii)	14.884	38.683
Adiantamento a fornecedores (outros)	10.327	12.032
Créditos com instituições financeiras (i)	4.961	2.189
Bens destinados a venda	4.134	4.947
Adiantamento a funcionários	2.340	684
Outros (iii)	20.520	1.717
	<u>85.322</u>	<u>83.745</u>
Circulante	76.916	56.194
Não circulante	<u>8.406</u>	<u>27.551</u>
	<u>85.322</u>	<u>83.745</u>

- (i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas instituições financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas instituições financeiras e que foram dadas em garantia, estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estão inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial.
- (ii) No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia firmou Contrato de Promessa de Compra e Venda de sua unidade de mistura de Uberaba/MG, a qual estava anteriormente classificada como Ativo não circulante mantido para venda.

Esta operação foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e devidamente validada em abril de 2021. Após a aprovação do CADE a Companhia considerou a operação devidamente validada e seus reflexos contábeis reconhecidos.

Considerando que a referida unidade industrial possui alienação fiduciária a um dos credores da Companhia cuja a dívida foi considerada como extraconcursal na Recuperação Judicial, esta operação foi realizada em conjunto com este credor como Interviente Anuente. O total da dívida junto a este credor é de R\$ 56.716, sendo que no momento da assinatura do referido contrato, o credor concordou em liquidar a dívida com o recebimento do valor da operação, dessa forma a Companhia apurou ainda um ganho no total de R\$ 1.716 o qual foi reconhecido na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”

A referida operação apresentou valor de venda no montante de R\$ 55.000 com pagamentos em 4 parcelas compostas da seguinte forma: R\$ 5.000 no momento da assinatura do contrato; ii) R\$ 13.333 após a aprovação do CADE; iii) R\$ 18.333 em fevereiro de 2022; e iv) R\$ 18.333 em fevereiro de 2023.

Os pagamentos serão realizados pelo Comprador diretamente na conta da Interviente Anuente. O contrato prevê ainda que caso de inadimplência pelo Comprador, a Companhia é responsável pela quitação da dívida junto ao Interviente Anuente nas condições apresentadas no contrato. Dessa forma a Companhia manteve reconhecido o ativo decorrente do montante a ser recebido da operação, assim como passivo extraconcursal reduzido dos montantes já liquidados, sendo o saldo remanescente reduzido no momento em que o comprador proceder com o pagamento ao Interviente Anuente.

Considerando os prazos de recebimento determinados da referida operação, no momento inicial a Companhia reconheceu ainda ajuste a valor presente no montante de R\$ 6.606 do saldo ativo e passivo, considerando taxa de juros de 1,00% ao mês, por meio do método de fluxo de caixa descontado. Em 30 de setembro de 2022, o ajuste a valor presente atualizado é de R\$ 4.715. A realização do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Despesas financeiras, líquidas” na demonstração do resultado do exercício.

Como resultado da operação, a Companhia apurou ganho no montante de R\$ 31.625 reconhecido na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu também na rubrica de “Receitas/ Despesas Financeiras” a realização parcial do ajuste a valor presente, ao qual perfaz o montante de R\$ 1.891.

- (iii) O montante de R\$ 14.528 refere-se a demais contas a receber sobre o processo de industrialização realizado para terceiros na unidade de Candeias/BA.

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detinha 51,48% das ações da Companhia; a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações, e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

Conforme Nota 1, com fechamento da operação, a Heringer Participações foi adquirida pela Eurochem Produtos Químicos Ltda. em 28 de março de 2022, transferindo os 51,48% das ações da Companhia. Como resultado, em 30 de setembro de 2022 o novo controlador final da Fertilizantes Heringer S.A. é a Eurochem Produtos Químicos Ltda.

a. Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

Ativo	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber		
Eurochem Group AG	3.700	-
Eurochem Trading GMBH	4.552	-
Fertilizantes Tocantins LTDA	72.310	-
Fertilizantes Tocantins S.A	71.444	-
OCP SA	445	602
SAFTCO S.A	117	176
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	139	241
OCP Fertilizantes S.A	21	21
	<u>152.728</u>	<u>1.040</u>

Relacionado a valores a receber por descarregamento em prazo inferior ao previsto (“Desp’tch a receber”)

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo Circulante		
Fornecedores (i)		
Eurochem Group AG	116.047	-
Eurochem Trading GMBH	121.766	-
Fertilizantes Tocantins LTDA	128.367	-
Fertilizantes Tocantins S.A	139.441	-
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	1	1
OCP SA	<u>249.007</u>	<u>253.991</u>
	<u><u>754.629</u></u>	<u><u>253.992</u></u>
	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Canpotex Limited	9.498	9.804
OCP	16.820	17.355
OCP Fertilizantes Ltda.	80.542	80.542
SAFTCO	<u>3.102</u>	<u>3.196</u>
	<u><u>109.962</u></u>	<u><u>110.897</u></u>
	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Resultado		
Outras receitas operacionais		
OCP	<u>5</u>	<u>11</u>
	<u><u>5</u></u>	<u><u>11</u></u>
Despesas financeiras		
Juros Recuperação judicial	<u>(2.555)</u>	<u>(17.918)</u>
	<u><u>(2.555)</u></u>	<u><u>(17.918)</u></u>
Compras		
Eurochem Group AG	581.036	-
Eurochem Trading GMBH	554.666	-
Fertilizantes Tocantins LTDA	216.328	-
Fertilizantes Tocantins S.A	118.600	-
OCP	1.515	20.046
JFC V-Jorf Fert.Company	<u>-</u>	<u>19.874</u>
	<u><u>1.472.145</u></u>	<u><u>39.920</u></u>

Em dezembro de 2016, a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios.

A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas.

No tocante às garantias que recaíram sobre os imóveis, as mesmas permanecem inalteradas.

10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/ CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano	
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	0,31
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	12,36
Outros	De 10 a 50	16,81

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Fertilizantes Heringer S.A.
*Demonstrações às informações
financeiras intermediárias trimestrais
em 30 de setembro de 2022*

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2021	<u>66.340</u>	<u>271.899</u>	<u>55.329</u>	<u>4.111</u>	<u>20.560</u>	<u>418.239</u>
Aquisições	-	-	431	3.234	65.932	69.597
Baixas	-	(80)	(96)	(97)	(7.581)	(7.854)
Depreciação	-	(8.562)	(10.197)	(1.401)	-	(20.160)
Transferências	-	2.693	12.930	-	(15.623)	-
Em 30 de setembro de 2021	<u>66.340</u>	<u>265.950</u>	<u>58.397</u>	<u>5.847</u>	<u>63.288</u>	<u>459.822</u>
Em 1º de janeiro de 2022	66.340	277.590	62.778	(17.249)	74.441	463.900
Aquisições	-	-	971	1.310	52.120	54.402
Baixas	-	(119)	(598)	(206)	(984)	(1.906)
Depreciação	-	(8.990)	(12.367)	(1.504)	-	(22.861)
Transferências	-	17.477	29.690	943	(48.110)	-
Em 30 de setembro de 2022	<u>66.340</u>	<u>285.958</u>	<u>80.474</u>	<u>(16.705)</u>	<u>77.468</u>	<u>493.535</u>
Saldo em 30 de setembro de 2021						
Custo	66.340	371.907	369.626	34.388	63.289	871.310
Depreciação	-	(103.744)	(279.303)	(28.441)	-	(411.488)
Valor residual líquido	<u>66.340</u>	<u>265.882</u>	<u>58.364</u>	<u>5.947</u>	<u>63.289</u>	<u>459.822</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022						
Custo	66.340	401.592	371.799	35.022	77.467	952.220
Depreciação	-	(115.633)	(291.326)	(51.726)	-	(458.685)
Valor residual líquido	<u>66.340</u>	<u>285.959</u>	<u>80.473</u>	<u>(16.704)</u>	<u>77.467</u>	<u>493.535</u>

Em 30 de setembro de 2022, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (i) adequação em edifícios e construções nas unidades de Paulínia – SP; Três Corações – MG e Viana – ES, e, (ii) reforma maquinários que aumentaram a vida útil dos bens para as unidades de Candeias – BA, Paulínia – SP e Viana – ES, ao qual a Companhia fará a devida ativação de imobilizados em suas classes contábeis dentro do exercício de 2022.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 269.356 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 264.195 em 31 de dezembro de 2021), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos.

Testes do ativo imobilizado para verificação de *impairment*

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas e a Recuperação judicial (Nota 1.1), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2022:

	Unidades em operação	Unidades Hibernadas	Total
Ativo imobilizado	363.204	130.331	493.535

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu com teste do valor recuperável dos ativos imobilizados pelo Valor em uso para as unidades em operação e pelo Valor justo líquido das despesas de venda para as unidades hibernadas, como resultado não foram identificadas perdas por *impairment*.

Investigação conforme fato relevante

Conforme fato relevante apresentado ao mercado no dia 11 de agosto de 2022 (e complementado nos dias posteriores), a Companhia, através de um comitê de investigação instalado no mesmo dia, iniciou investigação independente juntamente com assessores externos de primeira linha, com o intuito de apurar possíveis fraudes envolvendo suposto superfaturamento na contratação de determinados serviços e compra de ativos pela Companhia.

Na data de publicação desta demonstração financeira, a referida investigação continua em andamento. Tão logo haja conclusão da mesma, caso sejam confirmadas as irregularidades, será apurada eventual sobrevalorização de ativos e a Companhia procederá com o eventual ajuste correspondente de *impairment*.

11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a pagar no país	339.323	80.265
Contas a pagar no exterior (i)	<u>607.714</u>	<u>370.767</u>
	<u>947.038</u>	<u>451.032</u>
Circulante	937.651	421.904
Não circulante	<u>9.387</u>	<u>29.128</u>
	<u>947.038</u>	<u>451.032</u>

- (i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui um saldo de bonificações de compras junto a fornecedores estrangeiros no valor de R\$ 20.269, a qual serão utilizadas somente após liquidações de dívidas inscritas na recuperação judicial, sendo assim, a Companhia procedeu com cálculo e registro de ajuste a valor presente no montante de R\$ 18.803. Para o saldo remanescente no montante de R\$ 1.467, a Administração procedeu com a provisão para perda, considerando o extenso prazo para realização.

Em 30 de setembro de 2022, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 239.370 foi considerado como extraconcursal na Recuperação Judicial e está apresentado no passivo circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 30 de setembro de 2022.

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábeis e valores justos dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Capital de giro	22,28% a.a.	22,28% a.a.	217.757	475.398
Mútuo	TR + 4% a.a.	TR + 4% a.a.	-	16.261
Finame	2,5% a.a.	2,5% a.a.	-	5
Finimp	17,0% a.a.	17,0% a.a.	-	7.000
Outras obrigações	Libor + 3,0% a.a.	Libor + 3,0% a.a.	<u>3.529</u>	<u>2.213</u>
			<u>221.286</u>	<u>500.877</u>
Circulante			220.989	482.783
Não circulante			<u>297</u>	<u>18.094</u>
			<u>221.286</u>	<u>500.877</u>

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. No período findo em 30 de setembro de 2022, as operações de capital de giro no curto prazo, referem-se basicamente a operações de desconto de recebíveis (FIDC's).

(ii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Período findo em:	2022	2023	Total
30 de setembro de 2022	202.127	19.159	221.286
31 de dezembro de 2021	482.783	18.094	500.877

(iii) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Capital de giro	Finame	Finimp	Outras obrigações	Mútuo	Total
Em 1º de janeiro de 2021	<u>267.944</u>	<u>49</u>	<u>241</u>	<u>3.128</u>	<u>36.455</u>	<u>307.817</u>
Captações	1.585.646	-	-	1.736	4.044	1.591.426
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(1.318.904)	(34)	(241)	-	(41.041)	(1.360.220)
(-) Pagamento de juros	(37.687)	(1)	-	-	-	(37.688)
Provisão de juros	<u>4.599</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>650</u>	<u>5.250</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u>501.598</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>4.864</u>	<u>108</u>	<u>506.585</u>
Em 1º de janeiro de 2022	<u>475.398</u>	<u>5</u>	<u>7.000</u>	<u>2.213</u>	<u>16.261</u>	<u>500.877</u>
Captações	2.613.594	-	-	1.314	30.289	2.645.197
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(2.776.196)	(5)	(6.563)	-	(46.139)	(2.828.903)
(-) Pagamento de juros	(104.431)	-	(437)	-	(411)	(105.279)
Provisão de juros	<u>9.394</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.394</u>
Em 30 de setembro de 2022	<u>217.759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.527</u>	<u>-</u>	<u>221.286</u>

No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente as obrigações relativas à Fundos de Direitos Creditórios, - FIDCs, classificadas como “Capital de giro”, a fim de reduzir o nível de alavancagem e consequentemente as despesas financeiras.

13 Dívidas inscritas na Recuperação Judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembléia geral de credores ocorrida em 3 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da recuperação judicial foram novados, passando a vigorar as condições apresentadas no plano de recuperação judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 964.491 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 969.105 em 31 de dezembro de 2021), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fornecedores - RJ(i)		
Classe II – Garantia Real	86.039	97.025
Classe III – Quirografários	581.588	556.063
Classe IV – Quirografários EPP/MP	<u>2.410</u>	<u>3.099</u>
	<u>670.037</u>	<u>656.187</u>
Circulante	865	933
Não circulante	<u>669.172</u>	<u>655.254</u>
	<u>670.037</u>	<u>656.187</u>
Empréstimos - RJ		
Classe II – Garantia Real	162.322	179.195
Classe III – Quirografários	<u>178.798</u>	<u>133.454</u>
	<u>341.120</u>	<u>312.649</u>
Não circulante	<u>341.120</u>	<u>312.649</u>
	<u>341.120</u>	<u>312.649</u>
Salários e encargos sociais (ii)		
Classe I – Trabalhista	<u>99</u>	<u>268</u>
	<u>99</u>	<u>268</u>
Circulante	<u>99</u>	<u>268</u>
	<u>99</u>	<u>268</u>

- (i) Corresponde as dívidas oriundas de compras de matérias-primas, prestações de serviços e compras de materiais indiretos, bem como os saldos de adiantamentos de clientes.
- (ii) O passivo registrado na rubrica Salários e Encargos Sociais - RJ, corresponde a dívidas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos saldos de salários devidos aos colaboradores que se mantiveram ativos.

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

	Classe I	Classe II		Classe III			Classe IV		
	Trabalhista	Garantia Real		Quirografários			Quirografários EPP/MP		
Opção de Pagamento	Única	Opção 1	Opção 2	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	Total
Em 1º de janeiro de 2021	<u>8.353</u>	<u>218.340</u>	<u>22.648</u>	<u>170.470</u>	<u>53.268</u>	<u>452.612</u>	<u>2.327</u>	<u>1.023</u>	<u>929.041</u>
Varição Cambial do periodo		49.581	448	1.387	2.791	5.560	-	-	59.767
Juros Incorridos	150	11.517	6.195	5.567	3.523	7.983	1.468	79	36.482
(-)Pagamentos Realizados	<u>(8.274)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>(1.287)</u>	<u>(853)</u>	<u>(1.135)</u>	<u>(711)</u>	<u>(12.299)</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u>229</u>	<u>279.438</u>	<u>29.291</u>	<u>177.385</u>	<u>58.295</u>	<u>465.302</u>	<u>2.660</u>	<u>391</u>	<u>1.012.991</u>
Em 1º de janeiro de 2022	<u>268</u>	<u>276.220</u>	<u>-</u>	<u>192.862</u>	<u>59.773</u>	<u>436.882</u>	<u>2.706</u>	<u>393</u>	<u>969.104</u>
Varição Cambial do periodo	-	(4.381)	-	(5.074)	(261)	(11.656)	-	-	(21.372)
Juros Incorridos	-	6.901	-	17.032	2.661	46.262	154	249	73.259
(-)Pagamentos Realizados	(169)	-	-	(768)	(6.248)	(580)	(1.093)	(14)	(8.872)
Ajustes / Transferências	<u>-</u>	<u>(30.378)</u>	<u>-</u>	<u>(3.767)</u>	<u>(22.411)</u>	<u>55.679</u>	<u>(845)</u>	<u>859</u>	<u>(863)</u>
Em 30 de setembro de 2022	<u>99</u>	<u>248.362</u>	<u>-</u>	<u>200.285</u>	<u>33.514</u>	<u>526.587</u>	<u>922</u>	<u>1.487</u>	<u>1.011.256</u>

14 Provisão para Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 59.087 (R\$ 49.738 em 31 de dezembro de 2021). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	3.603	3.598
(-) Depósitos judiciais	(2)	-
	<u>3.601</u>	<u>3.598</u>
Trabalhistas e previdenciárias (a)	48.174	39.941
(-) Depósitos judiciais	(3.472)	(2.087)
	<u>44.702</u>	<u>37.854</u>
Cíveis e ambientais	7.310	6.199
(-) Depósitos judiciais	(493)	(37)
	<u>6.817</u>	<u>6.162</u>
Total da provisão para contingências	59.087	49.738
(-) Depósitos judiciais	(3.967)	(2.124)
	<u>55.120</u>	<u>47.614</u>

- (a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(i) Movimentação da provisão para contingências

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Saldo inicial	49.738	38.073
Constituição (reversão) de provisões	7.701	1.061
Atualização monetária	<u>1.648</u>	<u>1.973</u>
Saldo final	<u>59.087</u>	<u>41.107</u>

(ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributários e administrativos	13.950	14.873
Cíveis e ambientais	2.378	1.883
Previdenciários	3.201	3.777
Trabalhistas	<u>3.639</u>	<u>2.317</u>
	<u>23.168</u>	<u>22.850</u>
Classificados como redutores da provisão para contingência	<u>(3.967)</u>	<u>(2.124)</u>
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo não circulante	<u><u>19.201</u></u>	<u><u>20.726</u></u>

(iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos internos e externos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributárias e administrativas (i)	189.984	235.540
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	32.044	40.738
Cíveis e ambientais (iii)	<u>24.952</u>	<u>21.456</u>
	<u><u>246.980</u></u>	<u><u>297.734</u></u>

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 162.785. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 17.884, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é “possível”, portanto nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.
- (iii) As ações cíveis e ambientais – com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica – estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá.

(iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá – PR.

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$ 2.061 (R\$ 1.900 em 31 de dezembro de 2021).

Em estrito cumprimento à determinação da sentença, a Companhia vem conduzindo o processo de licenciamento ambiental, sendo que em julho de 2019 a Companhia protocolou o EIA/RIMA no órgão ambiental competente (IAT – Instituto Água e Terra), bem como submeteu o referido estudo de impacto ambiental à audiência pública realizada em dezembro de 2019. Atualmente o processo de licenciamento encontra-se em análise pelo órgão competente visando a emissão da Licença Prévia.

Em dezembro de 2020 foi publicado acórdão ("TRF4") que julgou as apelações da Companhia e do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo negado o apelo das partes. Em face do acórdão proferido, as partes opuseram embargos de declaração. Em agosto de 2021 foi proferido acórdão ("TRF4"), que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos pelas partes. Em face do acórdão que negou provimento aos recursos de apelação das partes a Companhia interpôs Recurso Especial em 16 de setembro de 2021, o qual foi proferida decisão em 10 de janeiro de 2022 admitindo o recurso especial interposto. Atualmente o aguarda-se pela remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

(v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$ 40.487 (R\$ 37.937 – em 31 de dezembro de 2021) referem-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

(vi) Ação incidental de produção de provas

Conforme informado em Fato Relevante datado de 6 de fevereiro de 2020, um potencial investidor de forma retaliatória ingressou com ação judicial de produção antecipada de provas contra a Companhia, em relação ao processo de recuperação judicial e peças contábeis disponibilizadas, em consequência de não ter obtido êxito nas negociações de aquisição do controle da Companhia conforme pretendido. O referido processo encontra-se em fase de preparação dos questionamentos pelas partes (“rol de quesitos”), os quais deverão ser respondidos pelo Perito Judicial no laudo pericial. A Administração da Companhia embasada por seus consultores jurídicos não vislumbra embasamento que suporte tal pleito, e portanto, nenhum reflexo desse tema foi reconhecido nas informações trimestrais da Companhia.

15 Outros Passivos

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Demurrage a pagar	39.272	70.976
Custo de importação a pagar	20.475	77.929
Outras contas a pagar (i)	10.723	11.909
Provisão de comissões	7.096	6.747
Rateio de importação	3.831	3
Representantes comerciais a pagar	<u>55</u>	<u>17</u>
	<u>81.452</u>	<u>167.581</u>

- (i) Refere-se a valores provisionados para pagamentos a assessores externos, que auxiliam a Companhia no processo da Recuperação Judicial, assim como, provisões pagamentos de honorários advocatícios em decorrência de acordo firmados junto a alguns credores.

16 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R\$ 585.518 está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foram registrados na data de transição para CPCs e IFRS.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 30 de setembro de 2022, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 4.502, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 30 de setembro de 2022, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	1.709	221.995
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	36.045
Outros incentivos recebidos	<u>6.685</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.685</u>
	<u>241.507</u>	<u>1.586</u>	<u>4.741</u>	<u>12.388</u>	<u>4.503</u>	<u>264.725</u>

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

17 Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo/ lucro básico por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (em milhares, exceto valores por ação):

	Período de nove meses findos em 30/09/2022	Período de nove meses findos em 30/09/2021
(Prejuízo) lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(77.073)</u>	<u>238.589</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>53.857</u>	<u>53.857</u>
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação ordinária – R\$	<u>(1,4311)</u>	<u>4,4300</u>

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

18 Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB (“Free on Board”), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF (“Cost, Insurance and Freight”), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Período de três meses findos em 30/09/2022	Período de três meses findos em 30/09/2021
Vendas brutas de produtos	1.843.270	1.329.197
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Devoluções das vendas	(7.218)	(2.767)
Impostos sobre as vendas	(31.458)	(15.357)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	-	750
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	-	<u>2.593</u>
	<u>1.804.594</u>	<u>1.314.416</u>
	Período de nove meses findos em 30/09/2022	Período de nove meses findos em 30/09/2021
Vendas brutas de produtos	4.210.231	2.655.350
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Devoluções das vendas	(12.357)	(5.211)
Impostos sobre as vendas	(83.211)	(32.890)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	1.709	750
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	<u>2.795</u>	<u>6.332</u>
	<u>4.119.167</u>	<u>2.624.331</u>

19 Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Trimestre findo 30/09/2022	Trimestre findo 30/09/2021
Matérias-primas e materiais de produção	1.746.913	976.560
Despesas com pessoal (Nota 23)	36.935	26.591
Despesas com transporte	27.013	18.996
Despesas comerciais	12.001	6.923
Depreciação e amortização	8.236	10.050
Despesas com consultorias (ii)	2.032	24
Despesas com publicidade	122	1.365
Arrendamentos mercantis operacionais	81	6.544
Participação nos resultados (Nota 23)	(2.426)	198
Outros gastos	<u>29.464</u>	<u>18.200</u>
	<u><u>1.860.371</u></u>	<u><u>1.065.451</u></u>
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos (i)	1.788.802	1.005.666
Despesas com vendas	53.279	39.523
Despesas gerais e administrativas	<u>18.290</u>	<u>20.262</u>
	<u><u>1.860.371</u></u>	<u><u>1.065.451</u></u>

	Período de nove meses findos em 30/09/2022	Período de nove meses findos em 30/09/2021
Matérias-primas e materiais de produção	3.795.976	1.982.579
Despesas com pessoal (Nota 23)	96.357	41.469
Despesas com transporte	59.405	76.256
Despesas comerciais	28.773	19.688
Depreciação e amortização	23.072	20.409
Participação nos resultados (Nota 23)	3.996	15.836
Despesas com consultorias	5.747	605
Despesas com publicidade	172	65
Arrendamentos mercantis operacionais	139	3.450
Outros gastos	69.813	54.110
	<u>4.083.450</u>	<u>2.214.467</u>
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos (i)	3.900.086	2.060.298
Despesas com vendas	126.630	90.367
Despesas gerais e administrativas	56.734	63.802
	<u>4.083.450</u>	<u>2.214.467</u>

- (i) No período findo em 30 de setembro de 2022, o mercado de fertilizantes apresentou um grande aumento de preços, principalmente devido a incertezas da oferta de produtos, mediante ao início do conflito entre Rússia e Ucrânia, neste sentido, nota-se a evolução nos custos de produtos vendidos, conforme demonstrado na Nota 1.
- (ii) Aumento das despesas com consultorias, decorrentes do processo de integração, considerando a venda do controle da Companhia, conforme nota 1, assim como, despesas incorridas no processo de investigação, conforme fatos relevantes apresentados ao mercado.

20 Outras receitas (despesas) operacionais

Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

	Trimestre findo 30/09/2022	Trimestre findo 30/09/2021
Tributos federais sobre “Outras Despesas”	(1.538)	(304)
Multas Diversas	(90)	(46)
Perda na alienação de ativos imobilizados	(4)	-
Deságio sobre vendas de ICMS	1.076	-
Outras despesas operacionais	(48)	(76)
	<u>(604)</u>	<u>(427)</u>
Ganhos com alienação de Ativos (i)	33	508
Outras Receitas Operacionais (ii)	2.180	1.507
	<u>2.213</u>	<u>2.015</u>
	<u>1.609</u>	<u>1.589</u>

	Nove meses findo em 30/09/2022	Nove meses findo em 30/09/2021
Tributos federais sobre “Outras Despesas”	(2.254)	(708)
Perda na alienação de ativos imobilizados	(201)	(294)
Multas Diversas	(121)	(115)
Deságio sobre vendas de ICMS	1.076	-
Outras despesas operacionais	<u>(263)</u>	<u>(134)</u>
	<u>(1.763)</u>	<u>(1.250)</u>
Ganhos com alienação de Ativos (i)	1.827	33.914
Outras Receitas Operacionais (ii)	<u>4.485</u>	<u>4.208</u>
	<u>6.312</u>	<u>38.122</u>
	<u><u>4.549</u></u>	<u><u>36.871</u></u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu com a alienação de sua unidade de mistura de Uberaba/MG conforme descrito na Nota 8 (ii).
- (ii) Refere-se basicamente ao registro de receitas com Despatch (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.

21 Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em “Despesas financeiras, líquidas”.

	Trimestre findo 30/09/2022	Trimestre findo 30/09/2021
Variação cambial ativa	(29.120)	45.143
Variação cambial passiva	<u>(27.080)</u>	<u>(114.257)</u>
	<u>(56.200)</u>	<u>(69.114)</u>
	<u>Nove meses findo em 30/09/2022</u>	<u>Nove meses findo em 30/09/2021</u>
Variação cambial ativa	123.700	76.372
Variação cambial passiva (i)	<u>(107.889)</u>	<u>(124.249)</u>
	<u><u>15.811</u></u>	<u><u>(47.877)</u></u>

- (i) Variação cambial gerada em decorrência da volatilidade do dólar sobre as dívida inscrita na Recuperação Judicial.

22 Despesas financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

Fertilizantes Heringer S.A.
*Demonstrações às informações
financeiras intermediárias trimestrais
em 30 de setembro de 2022*

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	Trimestre findo 30/09/2022	Trimestre findo em 30/09/2021
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos financeiros	(38.021)	(25.038)
Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação judicial	(26.195)	(19.695)
Descontos concedidos	(5.611)	(1.703)
Despesas com ajustes a valor presente	(4.284)	(936)
Despesas com ajustes a valor justo	(2.305)	(6.459)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(2.045)	(191)
Variações monetárias passivas	(420)	-
	<u>(78.881)</u>	<u>(54.022)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	11.877	5.705
Receitas com ajuste a valor justo	3.612	194
Variações monetárias ativas	3.560	2.733
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	1.042	1.345
Rendimentos sobre aplicações financeiras	855	57
	<u>20.946</u>	<u>10.034</u>
	<u>(57.935)</u>	<u>(43.988)</u>
	<u>Nove meses findo em 30/09/2022</u>	<u>Nove meses findo em 30/09/2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos financeiros	(111.257)	(35.577)
Juros sobre passivos inscritos na recuperação judicial	(73.335)	(58.789)
Descontos concedidos	(10.034)	(3.816)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(8.616)	(793)
Despesas com ajustes a valor justo	(6.045)	(7.175)
Despesas com ajustes a valor presente	(4.445)	(7.547)
Variações monetárias passivas	(1.064)	(826)
	<u>(214.796)</u>	<u>(114.523)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	26.451	19.716
Variações monetárias ativas	11.667	5.259
Receitas com ajustes a valor justo	8.471	3.046
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	5.647	3.249
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.164	252
	<u>53.400</u>	<u>31.522</u>
	<u>(161.396)</u>	<u>(83.001)</u>

23 Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	Trimestre findo 30/09/2022	Trimestre findo 30/09/2021
Ordenados e salários	19.614	14.872
Benefícios adicionais (i)	6.878	5.373
Custos de previdência social	5.311	4.023
Benefícios previstos em Lei	3.165	2.151
Indenizações	1.967	172
	<u>36.935</u>	<u>26.591</u>
Participação nos resultados	<u>(2.426)</u>	<u>6.544</u>
	<u>34.509</u>	<u>33.135</u>

- (i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar (contribuição definida), pecúlio e alimentação.

	Nove meses findo em 30/09/2022	Nove meses findo em 30/09/2021
Ordenados e salários	51.992	41.709
Benefícios adicionais (i)	18.380	14.562
Custos de previdência social	14.154	11.208
Benefícios previstos em Lei	7.690	6.032
Indenizações	4.141	2.745
	<u>96.357</u>	<u>76.256</u>
Participação nos resultados	<u>3.996</u>	<u>15.836</u>
	<u>100.353</u>	<u>92.092</u>

- (i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio e alimentação.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	30 de setembro de 2022		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	29.103	29.103
Contas a receber de clientes	83.044	425.074	508.118
Depósitos judiciais	-	19.201	19.201
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.	-	3.967	3.967
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	40.338	40.338
	<u>83.044</u>	<u>517.683</u>	<u>600.727</u>

Fertilizantes Heringer S.A.
*Demonstrações às informações
financeiras intermediárias trimestrais
em 30 de setembro de 2022*

	30 de setembro de 2022	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(221.286)	(221.286)
Empréstimo e financiamentos RJ	(341.120)	(341.120)
Fornecedores	(947.037)	(947.037)
Fornecedores RJ	(670.037)	(670.037)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>(63.873)</u>	<u>(63.873)</u>
	<u><u>(2.243.353)</u></u>	<u><u>(2.243.353)</u></u>

	31 de dezembro de 2021		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme Balanço Patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	30.647	30.647
Contas a receber de clientes	183.643	133.120	316.763
Depósitos judiciais	-	20.726	20.726
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.	-	2.124	2.124
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	<u>-</u>	<u>42.047</u>	<u>42.047</u>
	<u><u>183.643</u></u>	<u><u>228.664</u></u>	<u><u>412.307</u></u>

	31 de dezembro de 2021	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme Balanço Patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(500.877)	(500.877)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(312.649)	(312.649)
Fornecedores	(451.032)	(451.032)
Fornecedores - RJ	(656.187)	(656.187)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>(149.310)</u>	<u>(149.310)</u>
	<u><u>(2.070.055)</u></u>	<u><u>(2.070.055)</u></u>

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que a taxa de remuneração dos contratos estão próximas as taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, o valor justo dessas operações se equiparam ao valor contábil.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações trimestrais:

30 de setembro de 2022		
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	29.103	29.103
Contas a receber de clientes	508.118	508.118
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	40.338	40.338
Depósitos judiciais	19.201	19.201
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	<u>3.967</u>	<u>3.967</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(221.286)	(221.286)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(341.120)	(341.120)
Fornecedores	(947.037)	(947.037)
Fornecedores - RJ	(670.037)	(670.037)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>(63.873)</u>	<u>(63.873)</u>
 31 de dezembro de 2021		
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	30.647	30.647
Contas a receber de clientes	316.763	316.763
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	42.047	42.047
Depósitos judiciais	20.726	20.726
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	2.124	2.124
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(500.877)	(500.877)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(312.649)	(312.649)
Fornecedores	(451.032)	(451.032)
Fornecedores - RJ	(656.187)	(656.187)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>(149.310)</u>	<u>(149.310)</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo

	<u>30 de setembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros		
Subcarteira negociada - FIDC	83.044	183.643

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não haviam outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

25 Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

b. Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O grande volume de dívidas da Companhia está concentrado na Recuperação Judicial, cuja as taxas de juros são pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou *Libor* para dívidas estrangeiras quando aplicável.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade

Dado a característica de remuneração e as taxas de juros das classificações não é esperado nenhum efeito significativo no resultado da Companhia. Encontra-se a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações trimestrais:

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Importação em andamento (Nota 5)			
US\$ 10.485 mil (US\$52.899 mil em 31/12/2021)	Até 35 dias	(56.687)	(295.202)
Fornecedores no exterior (Nota 11)			
US\$ 112.402 mil (US\$ 66.440 mil em 31/12/2021)	Até 178 dias	607.714	370.767
Fornecedores – RJ US\$ 187.165 mil /€\$ 2.607 mil (US\$ 187.241/ €\$ 493 em 31/12/2021) (Nota 13)	Até o ano de 2045	1.011.927	1.044.899
Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 122.503 mil (US\$ 122.503 mil em 31/12/2021)	Até o ano de 2045	<u>662.324</u>	<u>683.627</u>
		<u>2.225.278</u>	<u>1.804.091</u>
Contas a receber no exterior US\$ 230 mil (US\$184 mil em 31/12/2021) (Nota 4)	Até 30 dias	<u>(1.243)</u>	<u>(1.025)</u>
Exposição líquida		<u>2.224.035</u>	<u>1.803.066</u>

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. A Companhia opera com margem de custo de reposição, o custo dos produtos vendidos está em linha com os preços das matérias-primas em dólar norte-americano e desta forma considera um “hedge” natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	29.103	30.647
	<u>29.103</u>	<u>30.647</u>

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo head de finanças e controladoria juntamente com a gerência Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	482.783	18.094	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	-	-	312.649
Fornecedores	421.904	18.333	10.795
Fornecedores - RJ	933	-	655.254
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>149.310</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 30 de setembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	220.989	297	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	-	-	341.120
Fornecedores	937.651	1.877	7.510
Fornecedores - RJ	865	-	669.172
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>63.873</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

e. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial - os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 5,2000/US\$ e R\$ 6,9212/EUR, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC), observadas no fechamento de 30 de setembro de 2022, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros - manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros não derivativos

Câmbio USD

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável R\$	II 25%	III 50%
Cotação do dólar	<u>R\$ 3,9000</u>	<u>R\$ 2,6000</u>	<u>R\$ 5,2000</u>	<u>R\$ 6,5000</u>	<u>R\$ 7,8000</u>
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	132.493	264.985	21.056	(132.493)	(264.985)
Fornecedores RJ	243.315	486.630	38.668	(243.315)	(486.630)
Empréstimos e financiamentos RJ	159.254	318.507	25.309	(159.254)	(318.507)
Contas a receber no exterior	<u>(299)</u>	<u>(598)</u>	<u>(48)</u>	<u>299</u>	<u>598</u>
Ganho (perda), líquido	<u><u>534.763</u></u>	<u><u>1.069.524</u></u>	<u><u>13.284</u></u>	<u><u>(534.763)</u></u>	<u><u>(1.069.524)</u></u>

Câmbio EUR

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
Cotação do dólar	<u>R\$ 5,1909</u>	<u>R\$ 3,4606</u>	<u>R\$ 6,9212</u>	<u>R\$ 8,6515</u>	<u>R\$ 10,3818</u>
Financiamento de importação	<u>(851)</u>	<u>(1.703)</u>	<u>-</u>	<u>851</u>	<u>1.703</u>
Ganho (perda), líquido	<u><u>(851)</u></u>	<u><u>(1.703)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>851</u></u>	<u><u>1.703</u></u>

f. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra “i” do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 70% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 30 de setembro de 2022, esse índice ficou em 12,96% (39,90% em 31 de dezembro de 2021).

26 Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para unidades de Candeias – BA e Viana – ES com limite máximo de indenização de R\$ 67.000, para as unidades de Dourados - MS, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações – MG e Paranaguá – PR, com limite máximo de indenização de R\$ 30.000, para unidade de Rosário do Catete – SE, Rio Verde – GO, Catalão – GO, Ourinhos – SP, Iguatama – MG, Rio Grande – RS com limite máximo de indenização de R\$ 30.000, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$ 21.399, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$ 74.944.

27 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 7 unidades misturadoras da Companhia em funcionamento e 6 unidades hibernadas.

Fertilizantes Heringer S.A.
*Demonstrações às informações
financeiras intermediárias trimestrais
em 30 de setembro de 2022*

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	Período de nove meses findo em 30/09/2022			Período de nove meses findo em 30/09/2021		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas	-	4.210.231	4.210.231	-	2.655.350	2.655.350
Deduções e impostos sobre vendas	-	(91.064)	(91.064)	-	(31.019)	(31.019)
Receita líquida de vendas	-	4.119.167	4.119.167	-	2.624.331	2.624.331
Custos dos produtos vendidos	(2.494)	(3.897.592)	(3.900.086)	(1.260)	(2.059.038)	(2.060.298)
Lucro (prejuízo) bruto	(2.494)	221.575	219.081	(1.260)	565.293	564.033
Despesas operacionais	-	-	(178.815)	-	-	(117.298)
Despesas financeiras, líquidas	-	-	(145.585)	-	-	(130.878)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	(105.319)	-	-	315.857
Imposto de renda e contribuição social	-	-	28.246	-	-	(77.268)
Prejuízo do período	-	-	(77.073)	-	-	238.589
Depreciação e amortização	552	22.520	23.072	568	19.841	20.409
EBITDA	(1.942)	65.281	63.339	(692)	467.836	467.144

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	30 de setembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	1	1.406.102	1.406.103	1	1.509.186	1.509.187
Imobilizado e Intangível	28.101	471.954	500.055	29.103	441.528	470.631
Demais ativos	-	1.153.527	1.153.527	-	901.555	901.555
Total dos ativos	28.102	3.031.583	3.059.685	29.104	2.852.269	2.881.373

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No período findo em 30 de setembro de 2022, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 118 (R\$ 117 em 31 de dezembro de 2021).

* * *

Composição da Diretoria

Lieven Cooreman

Diretor Presidente

Julio Enrique Varela Gubitosi

Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e de
Controladoria

Responsável Técnico

Robson Cordeiro Ferreira de Freitas - CRC 1SP296422-O-9

Contador